

URBANIZAÇÃO E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DO BRASIL

Luis Augusto Araújo, Epagri/Cepa - laraujo@epagri.sc.gov.br
Luiz Torezan, Epagri/Cepa – toresan@epagri.sc.gov.br

Área temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

Resumo

As transformações do ambiente criam desafios e oportunidades para as organizações rurais e, em decorrência, elas acabam por influenciar as estratégias e o tipo de conduta dos agricultores. Nesse contexto, o objetivo do artigo é apresentar a perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil sobre as mudanças demográficas em andamento, particularmente aquelas relacionadas à urbanização e ao crescimento populacional, com envelhecimento da população. É um estudo com agricultores da Região Sul do Brasil, optando-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, em que os dados foram obtidos utilizando-se de questionário e grupo focal. Fez-se a opção pelo uso da técnica de análise de conteúdo para avaliação dos dados resultantes dos grupos focais. Em particular, em relação à tendência de crescimento e de envelhecimento populacional, os resultados apontam para uma percepção preponderantemente de ameaça, mas, curiosamente, se constatou baixa manifestação dos agricultores acerca desse tema. Diferentemente da tendência anterior, em relação à urbanização, prevaleceu a percepção desse fenômeno como sendo uma oportunidade, além do que as manifestações dos agricultores sobre a mesma, se deram de forma intensa. Das manifestações, emergiram oito categorias intermediárias (a partir da perspectiva dos agricultores): demanda de alimentos, relação urbano-rural, qualidade de vida, tecnologia, políticas para o campo, mercados de trabalho rural, legislação trabalhista e educação. Sinteticamente, entre as principais evidências reveladas estão, em relação à urbanização: um fenômeno que promove maior demanda por alimentos, com reflexos positivos sobre os preços agrícolas; as preocupações com a qualidade de vida e a melhoria social do rural e do urbano; a importância da “força tecnológica”, mas que esta força ainda é insuficiente para frear o processo de urbanização; a sinalização do esgotamento da oferta de trabalho e a consequente elevação do custo de sua contratação; a necessidade de adequações da legislação trabalhista para a realidade do rural; as inquietudes sobre a qualidade da educação e quanto a sua adequação para favorecer a permanência dos jovens no campo. Por fim, a partir dos resultados deste estudo, se espera inspirar e abrir novos caminhos de pesquisa em ciências sociais aplicadas, especialmente voltadas a compreender as transformações do mundo rural em curso.

Palavras-chave: urbanização; envelhecimento da população; agricultura familiar

1. Introdução

Em apenas algumas décadas, a sociedade se reorganiza em termos de sua visão de mundo, dos valores essenciais, da estrutura social e política e das principais instituições. Exatamente,

agora, estamos vivendo esse tipo de transformação (DRUCKER, 1993). Ainda nessa perspectiva, as transformações do ambiente criam desafios e oportunidades para as organizações. Essas afirmações conduzem a dois questionamentos: (1) que oportunidades elas criam para as organizações?; e, (2) que medidas estão sendo tomadas para tirar proveito dessas transformações? (MACIARIELLO, 2016). Esses desafios e questionamentos são preocupações presentes nas organizações do mundo rural e, particularmente, na prática da gestão de estabelecimentos agropecuários.

Neste início do século 21, as transformações estruturais identificadas na agropecuária alavancaram o surgimento de um período de inflexão histórica que vem rompendo com tendências e processos anteriores. A emergência do novo padrão agrário e agrícola tipifica um período em que se observam mudanças no mercado de trabalho. A oferta ilimitada de trabalhadores, que teria existido em toda a história rural brasileira, se reverteu para uma nova situação de escassez de trabalhadores. Ainda em decorrência desses movimentos, o esvaziamento populacional do rural tenderá a ampliar o relativo desinteresse pelo campo. Neste mesmo seguimento, uma questão simples para ser refletida e discutida sobre essas transformações: esse processo de rarefação da população rural é interessante à sociedade brasileira? (NAVARRO, 2016).

Em particular, no enquadramento dessas transformações e mudanças que ocorrem na sociedade, as dimensões atribuídas as causas desses eventos ou de dada situação acabam por determinar o tipo de conduta dos agricultores sobre o mesmo, com consequências psicológicas associadas (emoções específicas) (MANASSERO et al., 2006). Assim sendo, compreender a percepção que têm os agricultores com respeito às mudanças que ocorrem na sociedade constitui um avanço na busca das causas atribuídas e que permitem explicar a complexidade contextual e multidimensional que está presente na prática da gestão de seus estabelecimentos agropecuários.

Na gestão de seu estabelecimento agropecuário familiar, o agricultor opera em ambiente moldado por influências da economia, da regulação e legislação governamental, da tecnologia e dos mercados. O macroambiente de atuação de seu estabelecimento envolve fatores suficientemente importantes para influenciar as escolhas relacionadas às estratégias de seu agronegócio (ARAUJO et al., 2017; THOMPSON JR et al., 2008). Nesse enquadramento, ainda são incipientes, especialmente, os estudos de percepção dos agricultores sobre as mudanças que ocorrem na sociedade em termos da demografia populacional.

O objeto deste artigo é apresentar a perspectiva de agricultores familiares do Sul do Brasil

sobre às mudanças demográficas em andamento na sociedade, particularmente aquelas relacionadas à urbanização e ao crescimento populacional, com envelhecimento da população. É um estudo com agricultores, com abordagem de pesquisa qualitativa, em que os dados foram obtidos utilizando-se de questionário e da técnica de grupo focal.

Em face do exposto, o presente artigo pretende responder a seguinte questão central: como os agricultores percebem as mudanças relacionadas à urbanização e ao crescimento populacional, com envelhecimento da população, que influenciam a gestão de seu negócio familiar?

2. As mudanças da população e sociedade

Na prática da gestão é importante identificar as mudanças que já aconteceram, os padrões das verdadeiras transformações, que podem ser identificadas a partir das tendências emergentes (MACIARIELLO, 2016). Assim, se deve ressaltar que as tendências demográficas em andamento estão fortemente interligadas com a economia, a ciência e tecnologia, ao meio ambiente, a própria geopolítica, entre outros fatores.

A seguir, na intenção de delinear os padrões das transformações em andamento relacionadas à população e sociedade, faz-se uma breve revisão de bibliografia, para servir de suporte à análise dos resultados, que está estruturada nas sessões seguintes: (1) Crescimento e envelhecimento da população; e, (2) Urbanização.

2.1 Crescimento e envelhecimento da população

As tendências demográficas são as mais previsíveis e úteis, sendo a única que se pode contar e sobre a qual não necessariamente se precisa ter uma opinião. De todas as transformações externas, as demográficas são as mais evidentes, as que têm as consequências mais previsíveis e as que têm um impacto poderoso naquilo que será consumido e em que quantidade (MACIARIELLO, 2016). Ainda assim, nesse mundo de transformações aceleradas, foi perguntado a Peter Drucker o que ele reveria em seu livro *The Age of Discontinuity*, ao que respondeu:

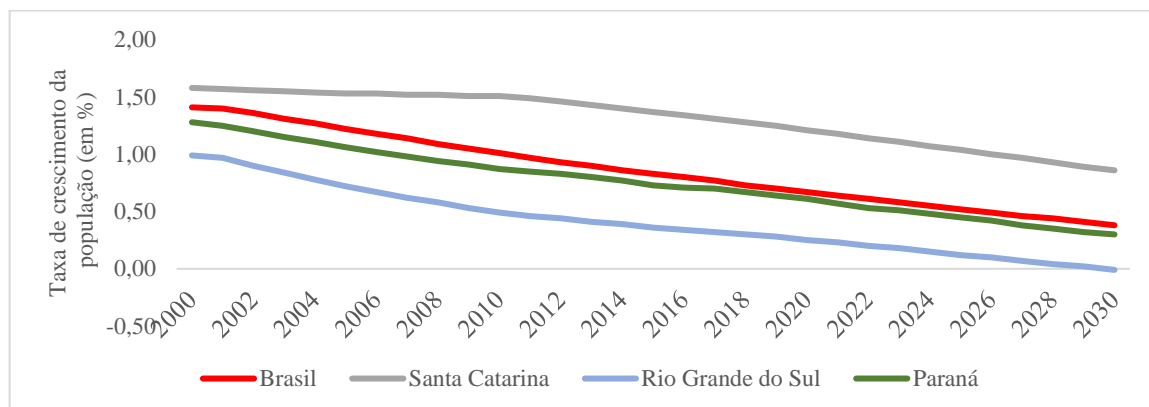
Eu daria uma ênfase muito maior à demografia [...]. Os últimos quarenta ou cinquenta anos foi dominado pela economia. Dentro de vinte ou trinta anos, as questões sociais serão dominantes. O envelhecimento rápido da população e a redução rápida da população jovem significam que haverá problemas sociais. (DRUCKER, 2002, p. 72-73).

Nos próximos anos, segundo publicação a do Ipea “*Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo?*”, o crescimento da população mundial ocorrerá em taxas marginais decrescentes, com

envelhecimento populacional. Em 2030, a população mundial será 8,3 bilhões de pessoas, pressionando fontes de energia, água, alimentos, uso da terra e extração mineral (meio ambiente). Haverá envelhecimento da população, com aumento da expectativa de vida, sendo que a população com mais de 65 anos passará de 8% para 13% em 2030. Além disso, e de forma simultânea ao processo de crescimento com envelhecimento da população, permanece a tendência à urbanização (MARCIAL, 2015).

Mais particularmente, a taxa de crescimento populacional brasileira (em torno de 0,73%, em 2018) vem decrescendo há muitos anos. Segundo estudos do IBGE (2018), a projeção demográfica prevê que entre 2042 e 2043, a população brasileira atingirá seu limite máximo (228,4 milhões), passando a decrescer nos anos seguintes. Interessante observar que essa inflexão ocorrerá mais cedo no Rio Grande do Sul, que já no final da década de 20 irá experimentar queda em sua população. A Figura 1 apresenta a taxa de crescimento da população para o Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, para o período 2000 a 2030.

Figura 1 – Taxa de crescimento da população para o Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, no período 2000 a 2030.



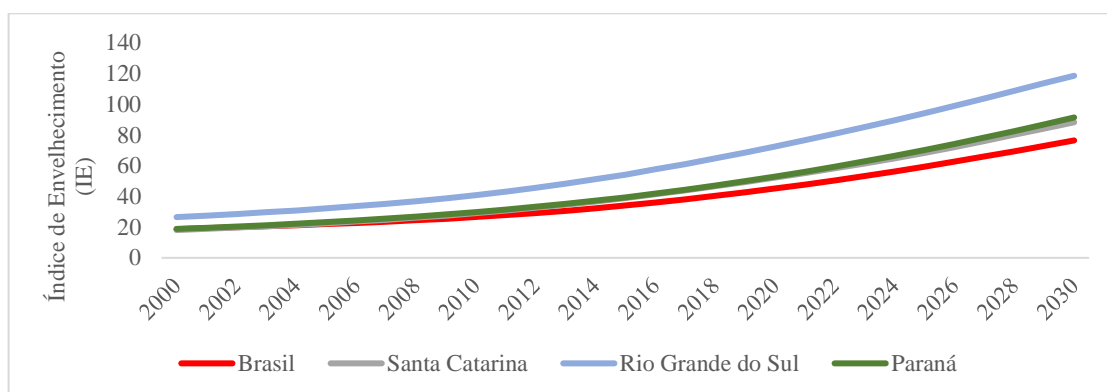
Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados de projeção da população do IBGE (2018).

De forma complementar, a Figura 2 exibe o Índice de Envelhecimento (IE) da população para o Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, no período 2000 a 2030. O Índice de Envelhecimento expressa o número de pessoas de 60 anos ou mais, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado (IBGE, 2018).

As projeções do IE revelam tendência de alta para os três estados da Região Sul e para o Brasil, refletindo o crescimento populacional a taxas decrescentes que está baseado em menores taxas de natalidade e fecundidade. Dois pontos merecem destaque: (1) o IE do Brasil é inferior a cada IE dos três estados da Região Sul, revelando um processo de transição demográfica

relativamente mais adiantado para essa região; e, (2) Em particular, no Rio Grande do Sul, considerando as projeções para esse índice, entre 2026 e 2027, haverá mais pessoas com 60 anos ou mais de idade, do que crianças menores de 15 anos.

Figura 2 – Índice de Envelhecimento (IE) da população para o Brasil, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, no período 2000 a 2030.



Fonte: Elaboração dos autores, a partir dos dados de projeção da população do IBGE (2018).

2.2 Urbanização

Em 2030, cerca de dois terços da população mundial residirão em cidades e a intensificação do processo de urbanização ocorrerá na África e na Ásia (tendência), sendo que China e Índia terão 35% da população mundial e 25% do PIB mundial, revelando-se como uma surpresa inevitável (MARCIAL, 2015).

No território brasileiro, o processo de urbanização foi mais intenso e assumiu uma dimensão realmente estrutural na segunda metade do século passado, sendo que, mais precisamente na década de sessenta, a população urbana superou a rural. A velocidade desse processo de urbanização foi muito superior à dos países capitalistas mais avançados e, em apenas 50 anos, nesse período, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões (multiplicando-se 7,3 vezes). Em consequência desse processo, a cada ano, em média, 2,4 milhões de habitantes eram acrescentados à população urbana (BRITO, 2009).

Mais recentemente, a persistente migração rural-urbana perdeu dinamismo em quase todo Brasil, mas ainda é expressiva (ALVES, MARRA, 2009). Em 2010, 29,8 milhões (15,6%) estavam no meio rural, de um total de 191 milhões de brasileiros. Em 2030, estima-se que 10% da população total estarão no meio rural brasileiro (LOPES, 2016).

Mesmo em ritmo mais lento na primeira década do século 21, quando comparado ao da década de noventa, a dinâmica demográfica das populações rurais e urbanas aponta para a continuidade do esvaziamento rural no Brasil. Entre 1991 e 2010, a população rural brasileira

passou de 36 milhões, para 30 milhões, correspondendo a uma redução de 17% em quase 30 anos. No mesmo seguimento, a participação da população rural diminuiu em todas as unidades da federação, sendo que no Sul a queda foi de 11,4%. Além disso, na Região Sul ocorreu a queda mais acentuada da população residente em domicílios rurais (28% entre 1991 e 2010), que se deu em percentuais semelhantes em cada uma das décadas (MAIA, 2014).

Mais particularmente, essa dinâmica da população rural na Região Sul do Brasil pode ser explicada por dois aspectos: (1) a menor taxa de crescimento vegetativo, que reflete seu estágio de transição demográfica mais avançada; e, (2) os ritmos de crescimento populacional urbano (42% positivo) e rural (28% negativo), que indicam um fluxo persistente e intenso de migração rural-urbano. Nesse último caso, a persistência dessa migração rural-urbano pode estar associada à atração que a dinâmica socioeconômica urbana exerce sobre a população rural, além de estar associada também à fuga da pobreza rural (MAIA, 2014).

Dessa forma, na busca pelo entendimento dessas transformações em andamento, as análises que versam sobre o tema da urbanização foram vigorosamente inspiradas pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra e pela teoria da modernização social. Na teoria do desenvolvimento econômico, compreende-se as migrações como um mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas, densamente povoadas, e com uma produtividade do trabalho intensamente baixa, para os setores urbanos e industriais. Enquanto a teoria da modernização sustenta que as migrações transferem o excedente populacional das áreas tradicionais da sociedade para as cidades, onde predomina um arranjo social e cultural moderno da sociedade ocidental (BRITO, 2009). Essas duas teorias se referem a um mesmo fenômeno, as migrações, com uma abordagem analítica maior na economia ou na sociologia.

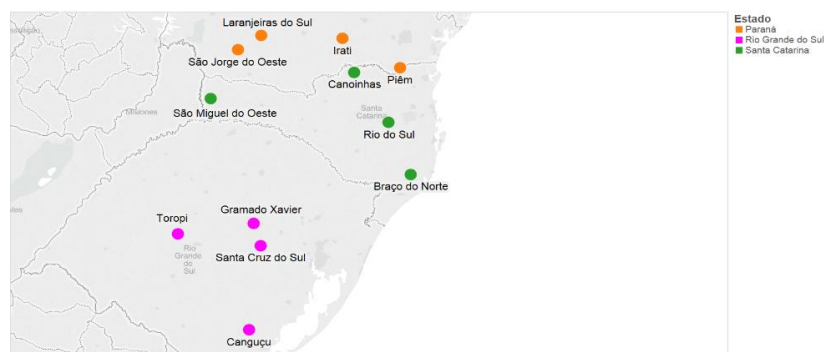
3. Material e métodos

A presente pesquisa assumiu características de estudo do tipo qualitativo, exploratório e descritivo. Os meios utilizados para a obtenção dos dados foram questionário e técnica de grupo focal e, para a análise dos dados, se empreendeu o método de análise de conteúdo.

O público da pesquisa foi composto por agricultores de 237 estabelecimentos agropecuários localizados nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, distribuídos em 12 polos, conforme apresentado na Figura 3. A amostragem foi intencional baseando-se no critério de que os estabelecimentos agropecuários estivessem contemplados no âmbito da parceria estabelecida entre a Secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina

(SAR), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), as Federações dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), do Paraná (FETAEP), do Rio Grande do Sul (FETAG) e a empresa Souza Cruz, que resultou no programa “Propriedade sustentável”.

Figura 3 - Localização dos estabelecimentos agropecuários participantes da pesquisa em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, por município polo.



Fonte: Villazon-Montalvan et al. (2017).

3.1 Coleta dos dados primários

Os dados primários foram coletados em dois momentos, sequenciais: (1) por meio da aplicação de questionário junto aos 237 agricultores e suas famílias, visando ter a sua percepção sobre um conjunto de variáveis do ambiente externo e interno de sua unidade de produção familiar; e (2) por meio da aplicação do método de grupo focal ao conjunto de agricultores participantes deste estudo.

3.1.1 Aplicação do questionário

Para compor o questionário, identificou-se um conjunto de variáveis relacionadas ao ambiente externo e interno. A lista de variáveis externas foi agrupada em cinco dimensões: mudanças na sociedade; mudanças governamentais; mudanças econômicas; mudanças tecnológicas; e mudanças nos mercados. Por sua vez, a lista de variáveis internas é composta por seis dimensões: marketing e comercialização; gestão da informação; gestão de pessoas; finanças e custos; gestão ambiental; e gestão da produção. Neste artigo aborda-se a primeira dimensão do ambiente externo, que se refere às mudanças da sociedade e, em particular, as variáveis crescimento e envelhecimento populacional e urbanização.

A propósito, cada variável foi classificada pelos agricultores como ameaça ou oportunidade (no caso do ambiente externo). Em seguida, solicitava-se a manifestação do entrevistado quanto a importância da variável nas práticas de gestão: (a) Sem importância; (b) Pouco importante; (c) Importante; (d) Muito importante. As respostas à cada variável foram

ponderadas atribuindo-as valores de 0 a 3, nessa ordem, de acordo com o grau de importância. Os gráficos apresentados neste artigo indicam o grau de importância total de cada variável e sua composição (ameaça e oportunidade).

Na apresentação dos resultados de percepção dos agricultores do Sul do Brasil, dado o total de questionários e os critérios estabelecidos de ponderação, o grau de importância máximo que poderia ser obtido em cada variável foi 711 pontos (237 agronegócios familiares que responderam o questionário atribuindo importância 3).

3.1.2 Grupo focal

O entendimento do comportamento e de como percebem as variáveis relacionadas às mudanças na sociedade, que afetam a sua vida e negócio agrícola, se faz cada vez mais necessário e essencial também para se definir ações a serem implementadas. Nesse sentido, é preciso primeiro que se entenda o contexto no qual ocorrem os significados e a importância a ele atribuído pelos agricultores. Observe-se que pequena parcela do significado do contexto comportamental é de cunho pessoal, enquanto que a grande parte é culturalmente moldado e socialmente construído (IERVOLINO e PELICIONI, 2001).

Nesse sentido, o grupo focal pode ser empregado no entendimento das diferentes percepções e atitudes sobre determinado fato, a exemplo das mudanças que ocorrem na sociedade. A riqueza do grupo focal está em se aproveitar da tendência humana de formar opiniões e atitudes, quando da interação entre os participantes dessa sessão, permitindo extrair dados a partir das discussões focadas em tópicos diretivos. As discussões podem ser conduzidas com diferentes grupos, objetivando identificar tendências e padrões na percepção nos tópicos de estudos definidos. A partir da análise das discussões tem-se indicações sobre a forma como são percebidas as mudanças em curso na sociedade (IERVOLINO e PELICIONI, 2001; VEIGA e GONDIM, 2001).

Os grupos focais podem estar associados a outras técnicas como a entrevista individual, procedimento adotado na presente pesquisa. Isso facilita a avaliação do confronto de opiniões, uma vez que se pode ter maior clareza do que as pessoas pensam individualmente sobre o assunto. Assim, o pesquisador pode fazer uso do método como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisões, como promotores de autorreflexão e da transformação social, ou ainda, para explorar um tema pouco conhecido (GONDIM, 2002).

O grupo focal combinou elementos de entrevista individual e a observação participante em grupos, que são as duas principais técnicas de coleta de dados qualitativos consideradas pela ciência social. A propósito, segundo o enfoque da ciência social, essa técnica pode ser utilizável

pelo seu próprio conteúdo e como um complemento para métodos tanto qualitativos quanto quantitativos (SCHRÖEDER; KLERING, 2009). Em particular, os grupos focais e o questionário individual aplicado foram mais de carácter exploratório, permitindo suscitar novos questionamentos e que, provavelmente, vão requerer verificação por meio de trabalhos de natureza mais quantitativa.

Foram realizadas doze reuniões para aplicação do Grupo Focal, 4 no Rio Grande do Sul, 4 em Santa Catarina e 4 no Paraná, com aproximadamente 19 pessoas em cada sessão. Os materiais coletados nessa fase foram armazenados em arquivos de áudio (gravações) e em arquivos de texto com a transcrição desses áudios.

Cada grupo focal contou com um moderador para incentivar a participação de todos, procurando não divergir dos temas previamente definidos, sob formas de perguntas abertas. A pergunta de interesse foi “Como as mudanças na sociedade (como o crescimento e envelhecimento da população, a urbanização, a busca por alimentos e práticas mais saudáveis) influenciam na gestão de sua propriedade rural?”. Doravante, 63,3% das manifestações dos agricultores estiveram relacionadas com a urbanização e com o crescimento e envelhecimento da população.

Entre as regras de aplicação do grupo focal pactuadas com as pessoas no início da reunião constam os seguintes pontos: as perguntas devem ser respondidas individualmente; antes de responder cada pergunta, o respondente identifica-se pelo nome; o respondente que não tiver opinião formada sobre a pergunta, deve manifestar-se dessa forma; a qualquer momento os respondentes poderão solicitar maiores explicações sobre as perguntas; e, a sessão será gravada e as informações utilizadas não identificará a autoria.

3.2 Análise dos dados

Fez-se a opção pelo uso da técnica de análise de conteúdo para avaliação dos dados resultantes dos grupos focais. A definição pelo uso dessa técnica permitiu a análise do discurso dos atores sociais participantes da pesquisa e ofereceu a possibilidade da identificação da frequência de elementos comuns nas respostas dos entrevistados, permitindo a interpretação qualitativa de tais descobertas. O método de análise de conteúdo foi usado para compor os resultados do método de grupo focal com os questionários que foram aplicados às 237 unidades de produção agropecuárias localizadas nos doze municípios polo da Região Sul do Brasil.

Mais detalhadamente, o método aplicado consistiu no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente e compreendeu, sinteticamente, três fases: (1) pré-análise – seleção do material transcrito dos 12 grupos focais (contendo o posicionamento dos 237

agricultores sobre a questão) e leitura flutuante; (2) exploração do material – realizada através do recorte de texto das narrativas dos agricultores comparáveis (com o mesmo conteúdo semântico) e o estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente; e, por último (3) interpretação e inferências respaldadas no referencial teórico, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e diferentes no entendimento dos agricultores sobre as mudanças relacionadas à urbanização e ao crescimento e envelhecimento populacional (SILVA, 2012; BARDIN, 2011).

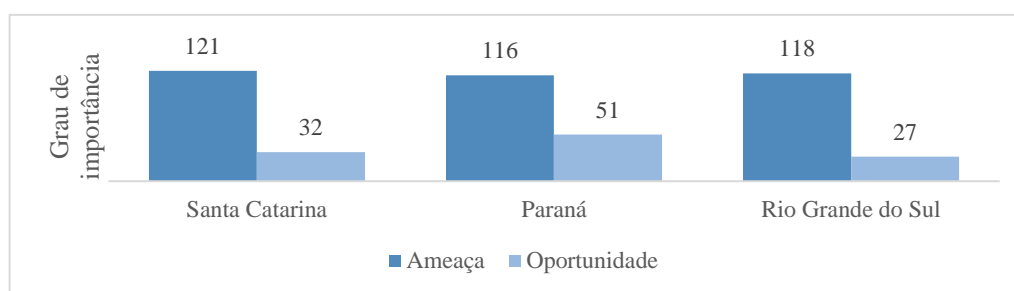
4. Resultados e discussão

Os resultados relativos as manifestações e percepções dos agricultores sobre as mudanças na sociedade estão descritos e discutidos a seguir. Nesse propósito, sem a pretensão de ser exaustivo, foram considerados os seus entendimentos sobre dois aspectos principais, que evidenciaram 63,3% das manifestações dos agricultores: o crescimento e envelhecimento da população; e, a urbanização.

4.1 Crescimento e envelhecimento da população

A Figura 4 apresenta o grau de importância atribuído pelos agricultores do Sul do Brasil à tendência de crescimento e envelhecimento da população, bem como sua percepção em termos de ameaças ou oportunidades.

Figura 4 - Percepção e grau de importância (0, 1, 2 e 3) do crescimento e envelhecimento da população atribuídas pelos agricultores, por estado da Região Sul do Brasil.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

De forma geral, os resultados agregados para os três estados do Sul do Brasil apontam para uma percepção preponderantemente de ameaça, 355 graus de importância total (SC=121; PR=116; RS=118), enquanto que a percepção de oportunidade revelou 110 graus de importância totais atribuídos pelos agricultores. Além disso, relativamente aos demais, os agricultores do Paraná se manifestaram mais positivamente em relação ao crescimento e envelhecimento da população (atribuíram como oportunidade 51 graus de importância,

enquanto em Santa Catarina 31 e Rio Grande do Sul 27).

Entre os aspectos relacionados às mudanças da sociedade, aquele relacionado ao crescimento e envelhecimento da população apresentou percepção mais negativa. Entretanto, ocorreram poucas manifestações (4,6%) sobre a mesma durante a realização dos doze grupos focais, das quais duas delas são reproduzidas a seguir:

O campo está envelhecendo, o estímulo para o jovem ficar no campo é zero. Mas para a cidade tem tudo, e isso é ruim pois o campo só envelhece. (A.1)

A gente faz bastante coisa, mas não é fácil para mim fazer tantas coisas. As pessoas vão ficando mais velhas e a gente também vai ficando mais velho. As pessoas vão ficando mais arreventadas né. Não temos aquele pique para fazer tanta coisa mais. Eu acho que temos que pensar em fazer alguma coisa para a gente, um incentivo, apoio... não tanto lá para o pessoal que tá lá na cidade. (A.2)

Os elementos mais comuns, que aparecem com frequência nas respostas dos entrevistados, se relacionam à condição e à permanência dos jovens na propriedade rural, a penosidade do trabalho e o ficar na roça ou ir para a cidade. Interessante notar que esses elementos mais comuns vão novamente aparecer com muita intensidade no discurso que versa sobre a tendência à urbanização, nosso próximo assunto.

No futuro próximo, os jovens de hoje terão que amparar o contingente de idosos que irão compor uma proporção crescente da população total do País. Nessa conjuntura, o equilíbrio social, econômico e intergeracional dependerá da capacitação da força de trabalho, constituindo-se numa condição necessária para tal. Em vista disso, a qualificação intelectual, técnica e profissional deve se constituir em prioridade das políticas, em especial aquelas relacionadas à população jovem (WONG e CARVALHO, 2006).

A relativamente pouca manifestação dos agricultores acerca do crescimento e envelhecimento populacional é merecedora de uma reflexão adicional, tendo por base as ideias de Maciariello (2016). A constatação de que essas questões demográficas apareceram com baixa frequência nas discussões dos agricultores (quase ausência) podem decorrer, exatamente, do fato de serem as mais evidentes e, ainda, as de maior previsibilidade quanto às suas consequências, não exigindo necessariamente demonstrar sua opinião a respeito.

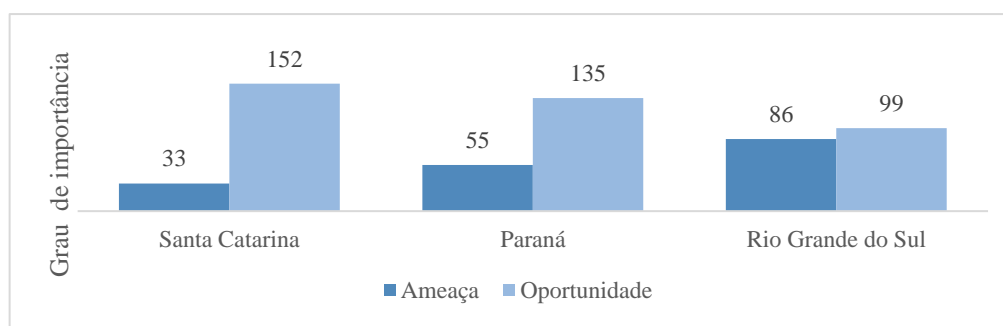
A par dessas evidências e previsibilidades, o que os agricultores irão produzir e o que será consumido tem forte influência dessa transformação demográfica em curso. Além disso, e talvez até mais importante que isso, o acelerado envelhecimento da população e a redução da população jovem significam que as questões sociais serão cada vez mais dominantes, exigindo nossa atenção a respeito.

4.2 Tendência à urbanização

A tendência à urbanização foi a variável mais valorizada no âmbito das mudanças que ocorrem na sociedade, evidenciada pelos agricultores. Além disso, 76,3% do grau de importância atribuído à urbanização foi apontado como sendo oportunidade, provavelmente porque os agricultores enxergam nesse fenômeno a possibilidade de ampliação da demanda de seus produtos agrícolas (ARAUJO et al., 2017).

A Figura 5 apresenta o grau de importância total atribuído pelos agricultores, por estado da Região Sul do Brasil, sobre a tendência à urbanização e sua percepção sobre a mesma em termos de ameaça ou oportunidade.

Figura 5 - Percepção e grau de importância (0, 1, 2 e 3) da tendência à urbanização atribuídas pelos agricultores da Região Sul do Brasil, por estado da federação.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Interessante notar que os agricultores de Santa Catarina percebem esse fenômeno mais intensamente como oportunidade (82,2% do grau de importância) relativamente aos agricultores do Paraná (71,1% do grau de importância) e do Rio Grande do Sul (53,5% do grau de importância). Na intenção de contextualizar essa percepção mais positiva, nas últimas décadas foram observados dois movimentos em Santa Catarina: “por um lado, constatou-se um processo de esvaziamento de áreas rurais em diversas regiões e, por outro, verificou-se a concentração da população nas áreas litorâneas do Estado” (MATTEI, 2015). Em consequência desses movimentos, a população urbana catarinense supera em cinco vezes a população rural, havendo o predomínio de pessoas vivendo no urbano em todas as mesorregiões do Estado (CRAICE e PEZZO, 2015).

A tendência à urbanização foi aquela que evidenciou mais manifestações por parte dos agricultores, 58,6%. Essas manifestações foram agrupadas nas seguintes categorias intermediárias: demanda de alimentos, relação urbano-rural e qualidade de vida, tecnologia, políticas para o campo, mercados de trabalho rural, legislação trabalhista e educação. O Quadro 1 sintetiza as categorias iniciais e intermediárias sobre a urbanização.

Quadro 1 – Categorias de análise relacionadas a tendência à urbanização.

Categorias iniciais	Categorias intermediárias
1. Quanto mais pessoas na cidade, os preços sobem	i. Demanda de alimentos
2. No futuro o agricultor vai ganhar mais	
3. Conheceu como é o mundo lá fora e voltou	ii. Relação rural-urbano e qualidade de vida
4. Estamos trabalhando para influenciar para ficar na roça	
5. A vida na agricultura está melhor	
6. A juventude não quer mais o trabalho braçal	
7. Está havendo decadência entre nós	
8. O foco da juventude é a cidade	
9. A qualidade de vida aqui é melhor que na cidade	
10. As pessoas são mais livres, trabalham menos e fazem mais	
11. O objetivo era se formar e ir para Cidade, isso mudou	
12. O êxodo rural já foi maior, já tem mais tecnologia e o serviço já não é mais tão forçado	
13. A tendência dos jovens ainda é migrar para a cidade, e a tecnologia ainda prende alguns, mas não muito	
14. Só fica se comprar um trator para ele trabalhar	
15. Os cursos e o grupo contribuem para aprender e produzir melhor	
16. É difícil manter um filho para sucessão	
17. A questão é o incentivo	iv. Políticas para o campo
18. Falta política para o campo	
19. Com pouca a Terra é difícil se manter	
20. Falta pessoal para trabalhar no campo	v. Mercados de trabalho rural
21. O êxodo rural se fortaleceu por causa do custo de produção	
22. O jovem trabalha na cidade e recebe salário	
23. Atrapalha o limite mínimo de 18 anos para trabalhar na lavoura	vi. Legislação trabalhista e o jovem
24. As crianças deveriam poder aprender com os adultos	
25. A interpretação da lei que não se pode trabalhar até os 18 anos está incorreta	
26. De cada 10 jovens, um deles fica na propriedade, por conta da legislação e falta de incentivo	
27. O mundo avança, sendo necessário saber o que está acontecendo	vii. A educação
28. Educação adaptada para o contexto do mundo rural	
29. Os alunos não aprendem coisas úteis	
30. Pegam os filhos na porta da propriedade rural e os levam para a cidade	
31. Acostumando-se com a caneta, não se volta para a enxada	
32. As empresas fumageiras e os sindicatos estão mostrando uma visão diferente (que é bom ficar no campo)	

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.1 Demanda de alimentos

Numa análise de longo-prazo, a baixa elasticidade-renda da demanda de alimentos é apontada como a causa principal da urbanização, que converge para próximo de zero a partir de determinada renda per capita. Isto ocorre porque atingindo determinado nível de consumo,

esgota-se a capacidade do organismo de processar alimentos. No mesmo sentido, o aumento da população nos países com renda para comprar alimentos converge para zero. Além disso, o crescimento da população brasileira tem taxas em acentuado decréscimo. Nesse contexto, o efeito população na demanda de alimentos perde força rapidamente (ALVES, MARRA, 2009).

Independentemente e em consequência desses fatos apontados, a urbanização é fundamentalmente percebida pelos agricultores como um fenômeno que promove maior demanda por alimentos. Entre as implicações desse processo, maior consumo e menos gente no campo, tem-se a possibilidade da obtenção de preços mais elevados:

Eu vejo hoje que a agricultura está valorizada, eu vejo que no futuro um agricultor vai ganhar mais que um médico na cidade, porque está todo mundo saindo do campo (F1).

Muitos estão indo, mas já estão voltando, eu acho que a nossa propriedade já são negócios não são mais só agricultores, vai aumentar pessoas para comer e diminuir pessoas que produzem. Eu vejo o agricultor como uma grande profissão, como grandes empresas rurais, em questão de solidez e gestão (F2).

4.2.2 Relação rural-urbano e qualidade de vida

Entre as teorias sociológicas das migrações, que contemplam a relação rural-urbano e qualidade de vida, vale apontar contribuições da teoria de Germani (GERMANI, 1970) e da teoria de Durham (DURHAM, 1984).

Segundo a teoria de Germani, a migração corresponde a uma ampla mudança social, cultural e psicossocial dentro da sociedade moderna, que vai além dos mecanismos de mercado de trabalho, no plano econômico. Sustenta que a sociedade tradicional vinculada à economia agrícola precisaria ser “desestabilizada” para que o processo de migração, entre eles, o de urbanização, possa ocorrer. Ainda que mobilizados socialmente pela chamada sociedade moderna, podem muitas vezes serem conduzidos em direção à exclusão social (BRITO, 2009).

Através do contato entre o meio rural e o urbano, entre as diferentes economias, propiciam a ocorrência do processo social em direção à urbanização. Nesse sentido, entre as opiniões e relatos dos agricultores associados à relação rural-urbano, aparecem diferentes manifestações como: a juventude não quer mais o trabalho braçal; está havendo decadência entre nós; o foco da juventude é a cidade.

Por outro lado, manifestações positivas pró-rural também foram realizadas: conheceu como é o mundo lá fora e voltou; estamos trabalhando para influenciar para ficar na roça; a vida na agricultura está melhor.

Eu tenho um filho que queria deixar a propriedade. Ele foi embora trabalhou uma semana numa firma aí voltou para casa. Chegou e ele disse: pai não vou continuar lá e vou voltar aqui para tocar as coisas na propriedade. Então ele não se adaptou e não gostou! Conheceu como é que é o mundo lá fora e voltou. Agora não quer mais sair da lavoura (F3).

A teoria de Duhram sustenta que a sociedade agrária tenha alguma forma de inclusão na “economia competitiva”. Em decorrência disso, a necessidade de melhoria de vida poderia conduzir ao abandono do universo da sociedade agrária. Nessa perspectiva, a migração não é só função da miséria na sociedade de origem, mas também da necessidade de melhoria social (BRITO, 2009).

Contradizendo a teoria de Duhram, entre as manifestações dos agricultores, a referência à melhoria social e as preocupações com a qualidade de vida foram ressaltadas, das quais destacamos duas:

Eu fiquei na agricultura porque a qualidade de vida é melhor do que na cidade, e acabei ficando no grupo, que é um diferencial (F4).

Eu acho que em relação à qualidade de vida a gente já melhorou bastante. Eu acho que se trabalha menos do que no passado. Hoje as pessoas são mais livres e podem trabalhar menos e fazendo mais! Então esse grupo que estamos fazendo, esses cursos que estamos fazendo, a gente vê que as pessoas estão trabalhando menos, estão tendo uma qualidade de vida melhor. ... (F5).

Interessante observar a existência de certo consenso no discurso dos agricultores, evidenciando a melhor qualidade de vida presente no meio rural. Mais especificamente, na narrativa dos agricultores aparecem referências de que a qualidade de vida aqui é melhor que na cidade, que as pessoas são mais livres, trabalham menos, fazem mais, e, que no passado o objetivo do jovem era se formar e ir para cidade, e hoje isso mudou. Além disso, existe a referência positiva em relação à participação deles no grupo de discussão do programa “Propriedade Sustentável”.

4.2.3 Tecnologia

Entre as forças que promovem rupturas transformadoras do mundo está a tecnologia, que é capaz de amplificar a força da urbanização, aqui discutida. A ruptura causada pelo desenvolvimento científico e tecnológico é perceptível pelo avanço cada vez mais rápido do conhecimento e pela desagregação dos limites entre as ciências consideradas tradicionais, como por exemplo, a biologia, a química e a física (LOPES, 2016).

É interessante notar que contrariamente às mudanças na sociedade, no governo e na economia (percebidas mais como ameaças), as mudanças correntes na tecnologia de produção e nas tecnologias de informação e conhecimento são percebidas pelos agricultores como oportunidade (ARAUJO et al., 2017).

Em que pesem esses resultados, as manifestações verbalizadas pelos agricultores apontam para a importância da força tecnológica, mas ainda sendo insuficiente para frear o processo de urbanização. Mais especificamente, evidenciam que os cursos e o grupo de agricultores

participantes do programa “Propriedade Sustentável”, contribuem para que possam aprender e produzir melhor:

O êxodo rural já foi maior, no interior já tem mais tecnologia, e o serviço já não é mais tão forçado, até mesmo pela tecnologia. Hoje algumas questões já puxam mais os jovens para o interior (F6).

Eu acho que nós temos que investir sempre mais na propriedade para você trabalhar com alegria e vontade, porque se você tem uma propriedade boa, você vai trabalhar com mais vontade, fazer as coisas com qualidade e você vai conseguir vender. Então com esses cursos, com esse grupo a gente vai conseguindo aprender e produzir melhor (F7).

Tenho um filho de 12 anos e ele já falou que só fica se eu comprar um trator para ele trabalhar. Se for isso eu compro, mas não sei se fica (F8).

Nesse mesmo segmento, entre os motivos da insuficiência da força tecnológica, aparecem manifestações dos agricultores relacionadas à penosidade do trabalho agrícola, dito de forma direta ou indireta.

4.2.4 Políticas para o campo

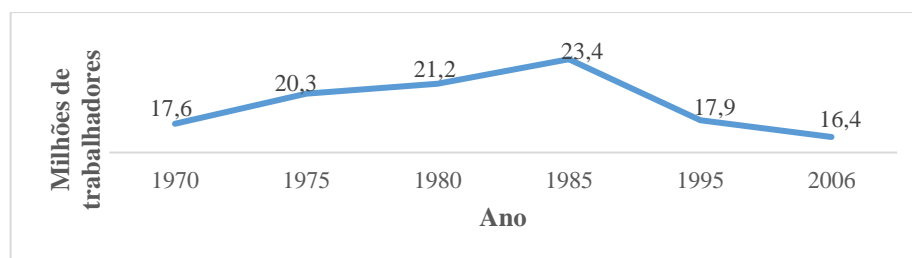
A política agrícola de estímulo ao agronegócio é também muito importante para a agricultura familiar. Entre algumas medidas de alcance geral se pode mencionar: estímulo ao consumo de alimentos pelas famílias mais pobres, taxas de juros competitivas e adequadas, desonerações fiscais, infraestrutura de comunicação, estradas e portos, apoio às exportações, investimentos em pesquisa e sanidade animal e vegetal (ALVES, 2006).

Essas medidas de alcance mais geral, associadas às políticas de transferência de renda, são especialmente recomendáveis para compor as forças que inibem a urbanização, especificamente a migração rural-urbana. Evidentemente que é fundamental aumentar a renda dos agricultores, aumentar a atratividade do campo em oposição às luzes da cidade, inibindo que seu potencial migratório se concretize. Nesse sentido, o discurso dos agricultores demanda incentivos e políticas públicas voltadas para o campo.

4.2.5 Mercados de trabalho rural

A urbanização tem tudo a ver com os mercados de trabalho rural, contribuindo com a redução da oferta de trabalho. No período 1985 a 2007, o emprego rural no Brasil passou a ter o mesmo comportamento da população rural: decresceu, acompanhando o decréscimo da população rural. No período anterior, de 1970 a 1985, a população rural decresceu a taxas elevadas, mas o pessoal ocupado cresceu. A Figura 7 mostra que tínhamos 16,4 milhões de trabalhadores ocupados no meio rural em 2006, enquanto que essa marca era maior em 1970, 17,6 milhões (ALVES; MARRA, 2009).

Figura 7 – Pessoal ocupado no setor rural, em milhões de trabalhadores – 1970 a 2006.



Fonte: Alves, Marra (2009), a partir de dados dos Censos Agropecuários IBGE.

A crescente escassez do fator trabalho no rural e a elevação do custo de sua contratação, fenômenos mais intensamente observados no Sul do Brasil, bem como os crescentes custos de produção associados ao trabalho, se faz presente no discurso dos agricultores de forma direta ou indireta:

Falta de pessoal para trabalhar, não se acha mais (F9).

Por um lado, é bom o crescimento da população urbana, porque tudo que você produz vai ter comércio, por outro lado, tem menos gente para ajudar a produzir, e torna o custo muito alto (F10).

Eu acho que o êxodo rural se fortaleceu muito por causa do custo de produção. Não é só no fumo, a renda compensa o custo, aí tu pega milho, soja, já tem outro custo, e o produtor às vezes procura sair da roça (F11).

A se confirmar as evidências de esgotamento da oferta de trabalho nas regiões rurais, tem-se profundas consequências para a atividade produtiva agrícola, que forçará a sua reorganização em bases inéditas (NAVARRO, 2016). Entre essas consequências, a luz do modelo proposto por Lewis (1954), está a expansão para cima dos salários pagos e, desta forma, contribuindo para desconcentrar a posse de terra, mas também para a distribuição da renda rural. Esse processo de esgotamento da oferta de trabalho foi exatamente o contrário daquele verificado ao longo de nossa história rural, que sempre foi marcado pela oferta ilimitada.

Ainda no âmbito das consequências, a opção dos jovens rurais de migrar para os centros urbanos tem fortes impactos sobre o mercado de trabalho, reduzindo a oferta de trabalho rural com importantes efeitos, especialmente, em determinados setores e/ou atividades mais intensivas em trabalho (GARCIA, 2014). A tríade “jovens rurais, legislação trabalhista e urbanização” é apresentada em seguida.

4.2.6 Legislação trabalhista

As leis trabalhistas muito têm a ver com a urbanização, com o êxodo rural (ALVES, MARRA, 2009). Quando comparada às atividades não agrícolas, a ocorrência do trabalho infantil é proporcionalmente maior nas atividades agrícolas, apesar de a população brasileira se concentrar predominantemente em áreas urbanas. Para sustentar essa afirmação, 41,4% do total

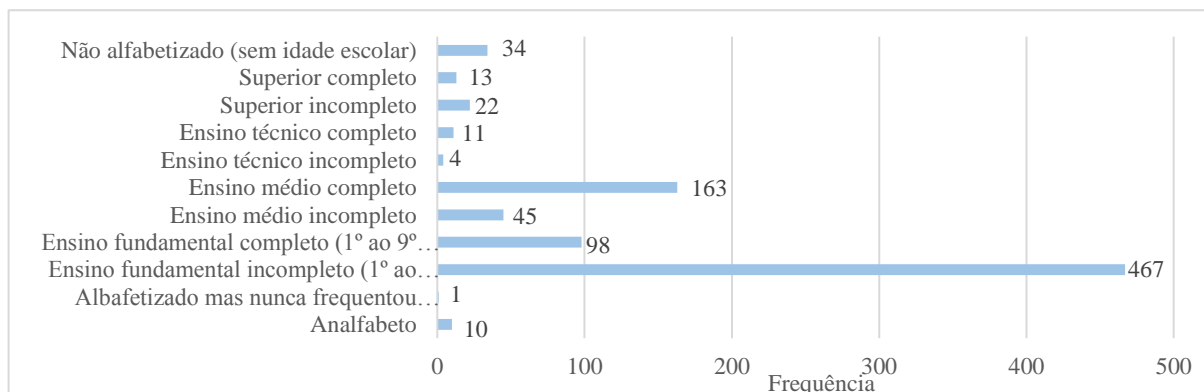
de trabalhadores infantis dedicavam-se às atividades agrícolas, tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, PNAD 2006 (DA COSTA e VELOSO, 2016).

De forma mais ampla, a expansão do sistema de proteção social também influenciou a dinâmica no mercado de trabalho rural brasileiro, garantindo renda e complemento de renda e de acesso a direitos trabalhistas básicos. Não obstante, esse sistema de proteção tem apresentado sinais de esgotamento necessitando regras específicas para os trabalhadores da área rural (GARCIA, 2014). Várias manifestações dos agricultores corroboram com a necessidade de adequações das regras para a sua realidade apontando, por exemplo, que “atrapalha o limite mínimo de 18 anos para trabalhar na lavoura”; e, que “as crianças deveriam poder aprender com os adultos”. Além disso, algumas narrativas enfatizam consequências desse desacordo, tais como, “acostumando-se com a caneta, não se volta para a enxada”; e “de cada 10 jovens, um deles fica na propriedade”.

4.2.7 Educação

Em 2004, na tentativa de se identificar as aspirações de jovens rurais catarinenses, se constatou que ficam no meio rural os jovens com menor nível de escolaridade, confirmando a assertiva segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo (FERRARI, 2004, SILVESTRO et al., 2001). Mais recentemente, numa análise dos dados acerca do grau de escolaridade dos membros das famílias participantes dessa pesquisa, resultado de entrevista individual realizada em 2016, reforça a preocupação quanto à situação educacional daqueles que moram nesses estabelecimentos agropecuários, uma vez que apenas 1,5% do total de membros dessas famílias admitem possuir ensino superior completo. A Figura 8 ilustra esses números.

Figura 8 - Nível de escolaridade dos membros das famílias participantes da pesquisa na Região Sul do Brasil.



Fonte: Araújo et al. (2017).

Entre os perfis em termos de grau de instrução do total de membros das famílias, a

categoria “ensino fundamental incompleto” observou a maior presença, com 53,8% do total, em segundo lugar apareceu a categoria de “ensino médio completo”, com 18,8%, seguida da categoria “ensino fundamental completo” (1o ao 9o ano) com 11,3%.

Em que pese os avanços observados na educação nas últimas décadas, apesar desse quadro educacional, os agricultores em seu discurso manifestaram inquietudes sobre a qualidade da educação e quanto à sua adequação para favorecer a permanência dos jovens no campo:

Mudou muita coisa ao longo dos anos, o aprendizado nas escolas está muito facilitado e parece que os alunos não aprendem coisas muito úteis (F12).

A urbanização e envelhecimento vem do nosso sistema de educação. A educação educa para o que? Hoje estão pegando os filhos na porta da propriedade rural e levando para cidade, demonstrando indiretamente que esse modelo é melhor. [...]. Hoje já se ouve o jovem falar que é bom ficar na propriedade rural, o que era impossível ouvir a alguns anos atrás. Essa visão diferente não vem da educação, mas sim de outras fontes, como as fumageiras, sindicatos, que estão ajudando a mostrar uma visão diferente (F13).

Diante desse contexto, para reduzir os impactos do modelo educacional em vigor, sugere-se a adequação dos conteúdos à realidade rural e às especificidades de cada região, levando em conta sua heterogeneidade e suas expectativas, e sem que se comprometa uma formação universal adequada às oportunidades de vida, independentemente, se rural ou urbana (FERRARI, 2004). Além disso, parece ser apropriado compreender as diferentes estratégias adotadas pelos membros das famílias e, em especial entre os jovens, de como se forma o seu projeto de ficar ou sair.

A tendência à urbanização se revelou de forma intensa na narrativa dos agricultores, diferentemente do que ocorreu com as manifestações relacionadas ao crescimento e envelhecimento populacional. Das manifestações dos agricultores emergiram sete categorias intermediárias, analisadas e discutidas anteriormente: (1) demanda de alimentos; (2) relação urbano-rural e qualidade de vida; (3) tecnologia; (4) políticas para o campo; (5) mercados de trabalho rural; (6) legislação trabalhista; e (7) educação. Por fim, como qualquer atividade econômica, os agronegócios familiares são influenciados por dinâmicas e oscilações de toda ordem, e os agricultores participantes da pesquisa assim comprovaram, manifestando preocupações, percebendo oportunidades para seus negócios, a partir dos movimentos e mudanças demográficas em andamento.

5. Considerações finais

Em seu delineamento mais geral, o esforço principal do artigo foi sistematizar e organizar analiticamente a percepção de agricultores familiares, localizados na Região Sul do Brasil,

sobre as tendências relacionadas ao (i) crescimento e envelhecimento da população e à (ii) urbanização.

Entre as evidências reveladas pelos agricultores sobre a tendência de crescimento populacional a taxas decrescentes e envelhecimento populacional, dois pontos merecem destaque: (1) a percepção de maior ameaça, relativamente às demais tendências estudadas; e, (2) essa questão demográfica surge com baixa frequência na narrativa dos agricultores, como anteriormente observado. Nesse enquadramento, a principal implicação dessas evidências de acelerado envelhecimento da população e da redução da população jovem é que, implicitamente, as questões sociais serão cada vez mais dominantes, exigindo atenção especial às mesmas.

Como apontado pelos resultados desse estudo, a tendência à urbanização foi fortemente percebida como oportunidade pelos agricultores. Em que pese, a percepção positiva sobre o fenômeno da urbanização estar relacionada a possibilidade de ampliação da demanda pelos produtos agrícolas, a explicação para a percepção positiva contempla aspectos relacionados à qualidade de vida, ao diferencial de salários rurais-urbanos, ao mercado de trabalho, ao desenvolvimento tecnológico, à educação e demais aspectos evidenciados pela pesquisa.

O efeito da concentração da produção agropecuária na migração rural-urbana precisaria ser referenciado, apesar de não aparecer na narrativa dos agricultores e nem ter sido evidenciado pela pesquisa. Isto porque a concentração da produção brasileira em poucos estabelecimentos agropecuários é surpreendente, a ponto de 0,5% deles produzirem 51,0% do Valor Bruto da Produção (VBP), e, 70,7% serem responsáveis por 3,4% do VBP nacional (ALVES, 2011). Assim, esse efeito da concentração da produção agropecuária também é uma questão que mereceria ser compreendida, uma vez que na Região Sul existem 393 mil estabelecimentos candidatos potenciais à urbanização.

Da análise das teorias sociológicas e econômicas referenciadas ao longo do texto, pode-se depreender que a tendência à urbanização, é um fenômeno social necessário para a modernização da sociedade e para o desenvolvimento da economia de mercado, reinante em nosso País. Em seus diferentes contextos, a urbanização como fenômeno social tende a ser um caminho racional, pelo menos do ponto de vista econômico, podendo favorecer a melhoria das condições de vida da população migrante.

O entendimento de como os agricultores percebem mudanças que ocorrem na sociedade, se faz necessário para a definição das ações e das políticas a serem propostas ou implementadas. Nesse propósito, em decorrência da aplicação dos grupos focais, se permitiu aproveitar da

tendência humana de formar opiniões, quando da interação com os demais participantes durante essas sessões. Adicionalmente, pelo fato das discussões terem sido conduzidas com diferentes grupos, se permitiu também identificar tendências na percepção sobre os tópicos de estudos definidos.

O presente artigo buscou esboçar uma análise das mudanças que ocorrem na sociedade, a partir da perspectiva de quem faz a gestão dos estabelecimentos agropecuários, os agricultores e seus familiares. Com os resultados apresentados e as discussões realizadas, espera-se abrir novos caminhos de pesquisa em ciências sociais aplicadas, especialmente voltadas a compreender as transformações demográficas em andamento. Espera-se também, de alguma forma, contribuir para que os 1 milhão de estabelecimentos agropecuários da Região Sul do Brasil possam identificar oportunidades e tomar medidas para tirar proveito dessas transformações.

6. Referências bibliográficas

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 18, n. 4, p. 5-17, 2009. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/387> Acesso em: 19 fev. 2018.

ALVES, E. **Migração rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**. Embrapa Informação Tecnológica, 2006, 181 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158944/1/migracao-rural-urbana.pdf> Acesso em: 20 fev. 2018.

ALVES, E.; SOUZA, G.D.S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 20, n.2, p.80-88, 2011.

ARAÚJO, L. A. et al. **Agronegócios familiares do Sul do Brasil**: percepções do agricultor sobre o seu ambiente. Florianópolis, SC: Epagri, 2017. 60 p. (Boletim técnico, 181). Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Agronegocios_familiares_Sul_Brasil.pdf Acesso em: 5 fev. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 20p., 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf> Acesso em: 7 fev. 2018.

CRAICE, C.; PEZZO, T. A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós-1991. **Revista NECAT**, Florianópolis, v.4, n.7, p.38-54, 2015. Disponível em: <http://stat.intraducoes.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/3625>. Acesso em: 01 jul. 2017.

DA COSTA, M.M.G.; VELOSO, C.S.A. A utilização indevida do trabalho infantil no âmbito rural: do pião ao peão. **Revista Científica da FACERB**, Rio Bonito, RJ, v. 3, n. 1, pp.118-132, 2016.

DRUCKER, P. **Post-Capitalist Society**. Nova York: Harper Collins, 1993.

- DRUCKER, P. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Nobel, 2002.
- DURHAM, E. **A caminho da cidade**, 3ª e 4ª partes, Editora Perspectiva, 1984.
- FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 12 no. 2, p. 237-271, outubro, 2004. ISSN 1413-0580.
- GARCIA, J. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. O mundo rural no Brasil do século, 21. In: BUAINAIN, A.M; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21**. A formação de um novo padrão agrário e agrícola, Brasília DF, Embrapa, Brasil, 2014. p.559-589.
- GERMANI, Gino. **Sociologia de la modernization**, caps. IV, VI e VII, Paidós, Buenos Aires, 1970.
- GONDIM, S.M. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v.12 n.24 p.149-161, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04> Acesso em: 20 dez. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/> Acesso em: 9 mar. 2018.
- IERVOLINO, S.A.; PELICIONI, M.C.F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115-21, 2001.
- LEWIS, W.A. Economic development with unlimited supplies of labour. **The manchester school**, v.22, n.2, p.139-191, 1954. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x/full> Acesso em: 7 fev. 2018.
- LOPES, M.A. A exigência da agricultura. **AgroANALYSIS**, v.36, n.4, p.28-29, 2016.
- MACIARIELLO, J.A. **Um ano com Peter Drucker: 52 semanas de coaching** para tornar um líder eficiente. – 1ª ed. – São Paulo: Portfolio-Penguin, 2016.
- MAIA, A.G. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A.M; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21**. A formação de um novo padrão agrário e agrícola, Brasília DF, Embrapa, Brasil, 2014. p. 1081-1098.
- MANASSERO, M., GARCÍA, E.; TORRENS, G.; RAMIS, C.; VÁZQUEZ, A.; FERRER, Y V. Teacher burnout: attributional aspects. **Psychology in Spain**, v. 10, n.1, p. 66-74, 2006. Disponível em: psychologyinspain.com/content/full/2006/full.asp?id=10007 Acesso em: 18 jan. 2018.
- MARCIAL, E.C.O. **Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? : contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5256> Acesso em: 6 mar. 2018.
- MATTEI, L. Dinâmica demográfica em Santa Catarina no século XX. In: **Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v.4, n.7, p.3-8, 2015.
- NAVARRO, Z. S. de. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G.; CARVALHO, A. X. Y. de. **Agricultura, transformação**

produtiva e sustentabilidade. Brasília, DF: Ipea, 2016, p.25-63. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145922/1/160725-agricultura-transformacao-produtiva-cap-01.pdf> Acesso em: 5 mar. 2018.

SCHRÖEDER, Cristine da Silva; KLERING, Luis Roque. On-line focus group: uma possibilidade para a pesquisa qualitativa em administração. **Cadernos EBAPE. BR**, v.7, n. 2 (jun. 2009), artigo 7, 2009.

SILVA, A.H. Rituais corporativos como estratégia de legitimação dos valores organizacionais em empresas familiares. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/4601> Acesso em: 26 fev. 2018.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C; BALDISSERA, I. T. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

THOMPSON J.R.; ARTHUR A.; STRICKLAND II, A. J.; Gamble, J. E. **Administração estratégica.** AMGH Editora, 2008. 668p.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, v.2, n.1, p.1-15, 2001.

VILLAZON-MONTALVAN, R.A.; ARAUJO, L. A.; GIEHL, A.L.; FELICIANO, A.M. Conception of managing practices as key factor to achieve rural development and sustainability in southern Brazil. **European Journal of Sustainable Development**, v. 6, Issue 4, Roma – Italia: di EJSJ, 2017.

WONG, L.L.; CARVALHO, J.A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.23, n.1, p.5-26, 2006.